

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Oferta de energia está segura, diz ministro	2
Título: Em meio à pandemia, governos já ajustam calendário de concessões	3
Título: Destaque	6
Título: Usiminas decide reduzir atividades em MG e SP	6
Título: Oferta de GLP pode voltar ao normal até dia 9	7
Título: Possível acordo de corte na oferta faz petróleo disparar	8
Título: Governo vai reduzir metas do RenovaBio previstas para 2020	11
Título: Usinas pedem socorro para a Aneel	12
Título: Trégua no petróleo puxa ações da Petrobras.....	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Barril sobe 24%, mas não muda plano da Petrobrás	15
Título: » Conta vai chegar.....	16
Título: Empresas alegam 'força maior' e pedem revisão de contratos	17
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Bolsa sobe 1,81%, e dólar avança 0,05%, a R\$ 5,265	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/04/2020****Seção: Brasil****Autor: Fabio Murakawa, Mariana Ribeiro, Rafael Bitencourt e Renan Truffi — De Brasília****Título: Oferta de energia está segura, diz ministro**

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ontem que “a segurança energética do país está garantida”, bem como o abastecimento de combustíveis e minerais. A declaração foi feita durante entrevista coletiva no Palácio do Planalto, organizada para que ele e outros ministros de Estado falassem sobre a atuação de seus ministérios no combate aos efeitos da pandemia de covid-19.

Segundo Albuquerque, que foi infectado pelo novo coronavírus e ficou um período isolado, sua pasta vem trabalhando de forma coordenada com outros ministérios em ações transversais, com os órgãos e empresas ligadas à pasta, com as empresas de energia e mineração e organismos internacionais.

Também participaram da entrevista os ministros do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves.

Marcelo Álvaro Antônio disse que a pasta elaborou em conjunto com o Ministério da Justiça uma medida provisória para que o reembolso imediato deixe de ser cobrado das empresas do setor durante a pandemia de coronavírus. Segundo ele, empresas terão até 12 meses após o fim da crise para fazer a entrega. Para ele, a medida resguarda as empresas, sem fluxo de caixa, e os direitos dos consumidores nesse momento.

Disse ainda que, por meio do Ministério da Justiça, há um site para conciliação direta entre empresas e consumidores, evitando a judicialização. “Temos média de 80% em conciliações.” O ministro anunciou ainda que uma linha de crédito está sendo desenhada com BNDES e Caixa para atender de micro a grandes empresas. Segundo ele, a medida será anunciada na próxima semana e terá juros e carência “atrativos”.

Segundo ele, há preocupação que não haja a desestruturação do setor com a crise provocada pela pandemia. “Nosso objetivo é evitar desmonte e sair o mais inteiro possível dessa crise”, afirmou. “Na retomada, o Brasil talvez esteja um ou dois passos à frente de outros países”, acrescentou, ressaltando que o setor pode sair mais fortalecido, alcançando maiores níveis de eficiência.

O ministro relatou que dentro do Comitê de Operações, foi concluído o projeto para utilizar hotéis próximos aos hospitais para abrigar profissionais de saúde.

Já a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou que o serviço de denúncia e assistência social pelo número telefônico, o Disque 100, foi preparado para receber denúncias de abuso sexual de crianças. A preocupação da pasta é que, com o confinamento das famílias no enfrentamento do novo coronavírus, este tipo de violência cresça no país. “Há indicativos lá de fora de que isso cresceu”, afirmou a ministra na entrevista.

Damares disse que o governo vai lançar um aplicativo no qual as mulheres também poderão fazer denúncias de agressão, já que várias delas estão dentro de casa com os possíveis agressores.

Outra preocupação do governo é com o aumento de acidentes domésticos com crianças e idosos. Em contato com o Conselho Nacional de Justiça e Ministério Público, a pasta quer incrementar os programas de apadrinhamento e famílias acolhedoras, com o intuito de “desafogar abrigos”.

Damares disse que será oferecido um kit alimentação para comunidades tradicionais e mais 97 iniciativas estão sendo desenvolvidas para auxílio da população vulnerável.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Em meio à pandemia, governos já ajustam calendário de concessões

O avanço do coronavírus e o isolamento social começam a ter impacto no cronograma das concessões à iniciativa privada de projetos federais, estaduais e municipais. Além da suspensão de audiências públicas, com a justificativa de evitar aglomerações, incertezas sobre reflexos da pandemia na demanda já levaram ao cancelamento de leilões nas áreas de energia e de portos. Especialistas também apontam riscos de que a alta do dólar torne uma parte dos empreendimentos menos viável.

Uma das primeiras alterações foi a suspensão, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da concorrência que envolvia o terminal portuário de passageiros em Fortaleza. A licitação - englobando o terminal em si, estacionamento e aluguel de espaços para eventos - estava marcada para o dia 27 de março e não tem mais data para ocorrer.

O secretário nacional de Portos do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni, explicou ao **Valor** que a decisão foi tomada com base nos efeitos pandemia sobre a atividade de cruzeiros. Sem uma perspectiva clara de quando o turismo marítimo vai ser normalizado, a avaliação foi de que fazer o leilão agora seria inapropriado.

Diante do tombo dos preços no mercado internacional, o **Ministério de Minas e Energia** determinou a suspensão da 17ª rodada de licitações de áreas para a exploração de petróleo e gás natural. O certame estava previsto para este ano. Dias antes, a pasta também havia postergado, por tempo indeterminado, uma série de leilões: dois de energia elétrica existente (A-4 e A-6), dois de energia nova (A-4 e A-6), um para atendimento do sistema isolado e outro de linhas de transmissão.

Só no leilão de “linhões” a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estimava contratar redes que totalizam 300 quilômetros de extensão e atrair investimentos pouco acima de R\$ 2 bilhões, com obras em seis Estados - Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e São Paulo. A queda do consumo de energia, que chega a dois dígitos no sistema interligado depois das medidas de isolamento, deixou distribuidoras e geradoras sem nenhum parâmetro sobre o comportamento da demanda daqui para frente.

Piloni afirma que, no caso de arrendamentos portuários para terminais de cargas, a movimentação tem continuado forte, apesar da pandemia, e não há motivos para cogitar a hipótese de adiamentos. A perspectiva é ter até 15 leilões neste ano. Ainda neste mês deve ser aberta audiência pública para a licitação de dois terminais de granéis líquidos (combustíveis), o STS 8 e o STS 8A, no porto de Santos (SP).

De acordo com o secretário, a Antaq foi acionada e está desenvolvendo uma forma inovadora para essa audiência. Em vez de sessões presenciais, como costuma ocorrer, está em avaliação a possibilidade de conduzir todo o processo por videoconferência, permitindo recebimento de perguntas por aplicativos de mensagens. “Quem sabe até, em vez de diminuir, não possam ser ampliadas a participação e a interação com as partes interessadas.”

Muitas administrações locais, porém, têm adotado uma postura de suspender audiências públicas que estavam agendadas. O governo João Doria adiou, sem nova data, as reuniões para discutir o processo de concessão do Jardim

Botânico e do Zoológico de São Paulo. A Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente atribuiu o adiamento às diretrizes de combate à pandemia.

No Rio Grande do Sul, a Prefeitura de Porto Alegre suspendeu o edital de concessão do trecho da Orla do Guaíba. O projeto, em contrato de 35 anos, previa uma nova infraestrutura de paisagismo e lazer no espaço - incluindo uma das maiores rodas-gigantes da América Latina. A concessionária ficaria encarregada ainda da limpeza, segurança, manutenção das edificações e cuidados com a flora e com a fauna.

“Consideramos, para a tomada de decisão, os efeitos prejudiciais à economia causados pela pandemia do coronavírus”, disse o secretário municipal de Parcerias Estratégicas, Thiago Ribeiro, em comunicado. “Os empresários enxergam menos incentivos para se comprometer com contrato de longo prazo. Faremos os ajustes necessários para lidar com essa nova realidade e confiamos em obter êxito na licitação ainda neste ano.”

O advogado Guilherme Naves, sócio da consultoria especializada em contratos de concessão Radar PPP, acredita que o momento requer uma análise acurada de todas as partes. “Os governos têm se preocupado cada vez mais em cumprir prazos, manter cronogramas vivos e fazer uma comunicação adequada com o mercado.”

“Mas não é preciso ter fetiche com o calendário. O mundo mudou, todos reconhecem a gravidade da crise e talvez seja a hora de guardar alguns contratos. Os governos não devem se apressar e perder a oportunidade de uma boa concorrência. Não se pode prejudicar a saúde de um contrato de 30 anos para evitar uma perda de oito meses no cronograma.”

De um lado, segundo Naves, governos podem ter dificuldades em calcular o impacto da pandemia na demanda pelos serviços e para organizar “road shows” com o objetivo de divulgar seus projetos a potenciais investidores. De outro, agora torna-se mais difícil para os investidores, por questões logísticas, mobilizar seus recursos humanos na análise dos projetos, como “due diligences”.

O advogado aponta concessões - já feitas ou em estruturação - de arenas esportivas, centros de convenções, parques urbanos, estacionamentos rotativos como algumas das mais afetadas pelos efeitos da pandemia de coronavírus. Ele também cita projetos de iluminação pública das prefeituras como especialmente preocupantes. A maioria usa lâmpadas de LED importadas e

foram calibradas com o dólar a R\$ 4. “A forte variação cambial pode ter deixado alguns projetos insustentáveis.”

O Ministério da Infraestrutura tem dito que, apesar das medidas de distanciamento social tomadas recentemente, os técnicos envolvidos na preparação das concessões continuam dedicados à análise dos projetos por teletrabalho.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/04/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaque

Petrobras explica cortes

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ontem que a companhia optou por aumentar o corte de sua produção, de 100 mil para 200 mil barris diários de petróleo, para evitar problemas de estoque, em meio à queda da demanda. “Produzir mais nos levaria a problemas de estoque. Teríamos que contratar navios para ter estoques boiando no mar até ter comprador”, afirmou ele, durante participação em evento on-line promovido pela XP.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/04/2020
Seção:	Empresas
Autor:	Ivan Ryngelblum — De São Paulo
Título:	Usiminas decide reduzir atividades em MG e SP

A Usiminas informou ontem que o conselho de administração aprovou o abafamento do Alto-Forno 2 da Usina de Ipatinga (MG) a partir de amanhã.

Os conselheiros também aprovaram o abafamento do Alto-Forno 1 da mesma usina a partir do dia 22, a paralisação das atividades da Aciaria 1 da Usina de Ipatinga a partir da data do abafamento do Alto-Forno 2, e a paralisação temporária das atividades da Usina de Cubatão (SP).

Segundo a companhias, todas as medidas são temporárias e visam adequar a produção à demanda de mercado, que está em queda em função da retração da atividade econômica, ocasionada pela pandemia do novo coronavírus no país.

Após a implementação destas medidas, a Usina de Ipatinga continuará operando as demais linhas produtivas, como o Alto-Forno 3, a Aciaria 2, e as laminações e galvanizações.

A siderúrgica informou ao mercado ainda que alterou a projeção para investimentos em 2020 a R\$ 600 milhões, uma redução ante os R\$ 1 bilhão projetados inicialmente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Oferta de GLP pode voltar ao normal até dia 9

Importação adicional realizada pela Petrobras para dar conta do aumento da demanda já chegou ao porto de Santos

Depois de sofrer com uma escassez temporária de gás liquefeito de petróleo (GLP) por causa de uma antecipação de compras por parte das famílias, o mercado de São Paulo deve retornar à normalidade dentro de uma semana. A estimativa é do Sindigás, sindicato nacional das distribuidoras do produto.

O presidente do Sindigás, Sergio Bandeira de Mello, afirma que não estava no radar das distribuidoras a possibilidade de uma corrida às compras de botijões, movimento que começou por volta do dia 19 de março e que ele considera compreensível diante das medidas de isolamento social para contenção da covid-19. “Fomos surpreendidos, não tínhamos capacidade para responder a isso”.

Para fazer frente a esse aumento pontual da demanda, a Petrobras, fornecedora de praticamente 100% do GLP consumido no país, realizou uma importação adicional do produto da Argentina, que se somará à produção das refinarias da região Sudeste. Um navio, com capacidade adicional de 20 milhões de quilos de GLP (equivalente a 1,6 milhão de botijões), já chegou ao porto de Santos.

São esperados ainda outros dois navios com importações de GLP, com chegada prevista para a próxima semana. Porém, essa é uma carga “de praxe”, já contemplada no programa de importação da Petrobras.

O GLP importado está sendo transportado por caminhão até Mauá (SP), onde será envasado. O uso da via rodoviária ocorre porque o duto que liga Santos ao local de envase entrou em manutenção programada em meados deste mês. Segundo Mello, do Sindigás, essa interdição do duto introduziu um gargalo a mais nesse momento de antecipação de compras. “Não prejudica em nada se estivéssemos com o fluxo normal, porque nos programamos para isso [manutenção do duto]. Mas não estamos com o fluxo normal, a necessidade tem sido bem superior e estamos tendo que responder através de caminhões”, explica. A expectativa é de que o duto retorne a operar por volta do dia 7 de abril, o que deve contribuir para o processo de reabastecimento.

A Ultragaz, do grupo Ultra, também trabalha com a expectativa de normalização do abastecimento de GLP na próxima semana. “Montamos uma operação bem grande para garantir o suprimento, estamos operando 20% acima da capacidade usual”, afirma o diretor de desenvolvimento da empresa, Aurélio Ferreira. O executivo avalia que não haverá um problema de “longo prazo” no abastecimento do produto, já que o que ocorreu foi mais uma “mudança de perfil” das compras de botijões, com aumento da procura por parte das famílias e queda da demanda de estabelecimentos comerciais e de serviços.

A Liquigás, empresa do Sistema Petrobras, afirma que “não há interrupção no fluxo da cadeia de abastecimento do GLP em nenhum estado brasileiro” e que todas suas unidades de distribuição estão operando “de forma segura, confiável e ininterrupta” para atender a demanda dos consumidores residenciais, comerciais e industriais. “A Liquigás está trabalhando fortemente para manter o abastecimento de sua rede de revendas e ressalta que não há motivo para pânico e estocagem dos botijões”, acrescenta, em nota.

O processo de normalização do abastecimento de GLP está sendo monitorado pela **Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME)**. A pasta chegou a realizar uma reunião com agentes do setor na semana passada e destacou, em nota, que a importação adicional da Petrobras permitirá a recomposição dos estoques das distribuidoras e revendedoras, o que garantirá a normalização da oferta de GLP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval e Henry Foy — Financial Times, de Londres e Moscou

Título: Possível acordo de corte na oferta faz petróleo disparar

O preço do petróleo disparou quase 50% em sua maior recuperação em um dia depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, alimentou as expectativas a respeito de um acordo para redução da oferta conduzido pela Arábia Saudita e pela Rússia para mitigar o colapso dos preços causado pela pandemia do coronavírus.

Trump disse ontem que o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, e o presidente da Rússia, Vladimir Putin, começaram negociações sobre como reduzir a produção em até 15 milhões de barris por dia - uma grande parte da demanda mundial de petróleo, que foi de 100 milhões de barris por dia no ano passado.

“Eu tenho a expectativa e a esperança de que eles cortem aproximadamente 10 milhões de barris, e talvez muito mais, o que, se acontecer, será excelente para o setor de petróleo e gás!”, escreveu ele no Twitter. “Pode chegar a 15 milhões de barris. Boas notícias para todos!”

Quase imediatamente após a postagem de Trump, a agência de notícias estatal da Arábia Saudita informou que o país pedira uma reunião de emergência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e de outros países produtores de petróleo, entre eles a Rússia. Segundo a agência, o objetivo era chegar a um acordo de fornecimento “justo”, sem se comprometer com nenhum corte.

O Kremlin, no entanto, negou os comentários de Trump. O porta-voz de Putin, Dmitry Peskov, disse que “não houve nenhuma negociação” entre Putin e o príncipe Mohammed e acrescentou que nenhuma estava planejada. “Até agora, ninguém começou a discutir sobre acordos específicos, ou mesmo abstratos, em troca da Opep+”, disse ele, numa referência à retomada da aliança entre a Opep e a Rússia no setor, que durou três anos e desmoronou no mês passado.

Um funcionário da Opep disse que o tweet do presidente dos EUA equivalia a “Trump falando antes de que seu cérebro começasse a funcionar”. Na quarta-feira, Trump dissera acreditar que um acordo para acabar com a guerra de preços - que levou o Brent ao seu nível mais baixo desde 2002 - era iminente, o que provocou uma recuperação nos preços do petróleo bruto.

O petróleo bruto tipo Brent, que é a referência internacional do setor, subiu para até US\$ 36,29 o barril depois do comentário de Trump, um salto dentro de um mesmo dia recorde em termos percentuais, equivalente a quase 47%. Mais tarde, recuou para US\$ 29,40 e fechou o dia a US\$ 29,94 - alta de 17,35%.

Fontes próximas à Arábia Saudita dizem que o maior exportador de petróleo do mundo ainda quer fechar um acordo para redução da oferta, mas quaisquer

restrições precisariam ser compartilhadas por todos os grandes produtores. Arábia Saudita, Rússia e EUA juntos são responsáveis por cerca de um terço da produção mundial de petróleo.

“Há um entendimento em Washington de que o caminho para um acordo passa por Moscou”, disse Helima Croft, da RBC Capital Markets. “Todo mundo sabe que a Arábia Saudita quer a Rússia na mesa de negociação, mas também existe o reconhecimento de que EUA terão que participar de alguma forma. Mas há dúvidas evidentes sobre como será esse envolvimento.”

Riad tinha pressionado por um acordo para aprofundar e prolongar as restrições à produção logo antes da reunião de março dos ministros dos países produtores de petróleo, mas deparou-se com a relutância de Moscou. Isso levou a Arábia Saudita a adotar uma estratégia de “bombear à vontade” para provocar um choque de mercado, com o que reduziu drasticamente os preços de seu petróleo e elevou a produção para um recorde de 12 milhões de barris por dia.

A enxurrada de fornecimento deve chegar ao mercado no momento em que o setor mundial de petróleo enfrenta o maior golpe de consumo de sua história, por causa da pandemia do coronavírus que forçou quarentenas e proibições de viagens. Operadores preveem que a demanda por petróleo pode cair até 30 milhões de barris por dia em abril.

Alguns analistas de mercado têm dito que o colapso do consumo é tão grave que qualquer corte na oferta dos principais produtores teria um impacto limitado. Os tanques de armazenamento no mundo já começam a ficar cheios e as petrolíferas podem ser forçadas a paralisar projetos de produção.

Os EUA pressionaram a Arábia Saudita para que reduzisse sua escalada de oferta, o que contribuiu para a queda nos preços e ricocheteou no setor do xisto, em que muitas empresas estão à beira da falência.

Embora a Arábia Saudita e a Rússia tenham se declarado favoráveis a iniciativas conjuntas, até agora houve poucos sinais de uma mudança de estratégia. A Arábia Saudita avisou à empresa estatal de energia que se prepare para uma luta prolongada. A Saudi Aramco orientou os prestadores de serviços de campos petrolíferos a estarem prontos para fornecer suporte enquanto procura manter a produção em níveis elevados.

O ministro da Energia da Rússia, Alexander Novak, disse nesta quinta-feira que “não exclui a opção de negociações” com a Arábia Saudita, mas o colapso na demanda significa que reduções na oferta não vão necessariamente impedir novas quedas nos preços do petróleo.

Um complicador das possíveis negociações mediadas por Trump é que a decisão da Rússia de abandonar sua aliança com a Arábia Saudita visava em parte a prejudicar as empresas de xisto dos EUA e a economia americana em geral. Washington mantém sanções contra o setor de energia russo desde 2014, em resposta à invasão da Crimeia por Moscou. **(Colaboraram Derek Brower e David Sheppard)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Por Camila Souza Ramos — De São Paulo.

Título: Governo vai reduzir metas do RenovaBio previstas para 2020

O **Ministério de Minas e Energia (MME)** cortará a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa nos transportes deste ano, previstas no programa RenovaBio e que são traduzidas em obrigações de compra de Créditos de Descarbonização (CBio) pelas distribuidoras de combustíveis. A informação foi confirmada ontem pelo diretor de Biocombustíveis da Pasta, Miguel Ivan Lacerda, em um encontro virtual promovido pela consultoria Datagro. O motivo é a forte retração das vendas de combustíveis que se observa há duas semanas, e que são um reflexo das medidas para minimizar a circulação de pessoas e impedir a propagação do coronavírus.

A área técnica avalia que será preciso um corte de ao menos 25% da meta de 2020, que é 28,7 milhões de CBios, afirmou ao **Valor** uma fonte a par das discussões.

Cada CBio equivale a uma tonelada de carbono não emitida com a substituição de um combustível fóssil por um renovável. A redução das emissões pela diminuição do consumo total de combustíveis, que ocorre agora, não está no escopo do programa. Como cada CBio é gerado a partir da comprovação de venda de biocombustível, a redução da comercialização de etanol e biodiesel diante da crise do coronavírus limita a oferta de CBios necessária para que as distribuidoras possam cumprir com suas metas.

As distribuidoras vêm afirmando que, desde meados de março, as vendas de combustíveis do ciclo Otto recuaram 50%. Segundo Plínio Nastari, presidente da Datagro, as vendas de etanol hidratado caíram 58,4% em março, e as de gasolina, 53,8%.

Nos cálculos realizados no MME até este momento, as vendas do ciclo Otto devem cair 40% ante os patamares de 2019 durante a quarentena e devem apresentar alguma recuperação até o fim do ano, mas encerrando 2020 com

uma queda de dois dígitos. Neste momento, a avaliação é a de que as vendas do ciclo Otto fiquem 23% menores que em 2019, com retração concentrada no etanol hidratado, de 32%. Para a gasolina, a avaliação no momento é que a redução do volume no ano seja de 19%.

E mudanças nestes cálculos, muito prováveis, devem impactar na revisão da meta de CBios para 2020. Essas alterações, previstas na legislação do RenovaBio, precisam ser avaliadas por um comitê interministerial e apresentadas para decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

José Mauro Coelho, atual presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e apresentado no encontro virtual como o futuro secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, defendeu a manutenção do funcionamento do programa neste ano “para que, quando a retomada acontecer, não saíamos em velocidade zero. Quando a retomada vier, poderemos dar resposta à sociedade”.

A redução das metas não atende o desejo de algumas distribuidoras, como da BR Distribuidora, que pediu ao MME a suspensão das metas deste ano. Líder na distribuição de combustíveis fósseis, a BR pediu a postergação do início do RenovaBio para 1º de janeiro de 2021, sem o acúmulo de metas de 2019 (que foi de apenas uma semana) e 2020.

A BR ainda pediu mudança em algumas regras gerais, como a flexibilização de 20% da meta individual caso a distribuidora tenha contrato de longo prazo com produtor de biocombustível e a criação de um “teto” para o preço do CBio. A distribuidora pediu ainda que o governo obrigue produtores a ofertarem mais CBios que a meta, como já pedira a Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom) em fevereiro.

Ao **Valor**, a BR Distribuidora confirmou o pedido de adiamento, “entendendo que há ainda alguns pontos a serem ajustados, além do momento atual não ser o mais adequado para início do programa”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2020

Seção: Agronegócios

Autor:

Título: Usinas pedem socorro para a Aneel

Venda de energia elétrica a partir da queima do bagaço de cana é fundamental para rentabilidade das usinas

Surpreendidas nos últimos dias com pedidos das distribuidoras de energia elétrica para rever contratos de longo prazo, as usinas sucroalcooleiras vão pedir do governo um apoio para que suas clientes mantenham os pagamentos previstos nas contratações em leilão.

A Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen) deve entregar uma carta ao **Ministério de Minas e Energia (MME)** e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), junto com outras entidades, para pedir apoio às distribuidoras, evitando o rompimento dos contratos.

“Queremos que o governo não deixe que o problema das distribuidoras avancem em outros players, sob pena de criar um segundo GSF [risco hidrológico]”, alertou Newton Duarte, presidente da Cogen, ao **Valor**. Atualmente, há R\$ 8 bilhões não pagos às geradoras em geral pela diferença entre o volume de energia previsto para ser produzido e o fornecido (GSF).

A solução para as distribuidoras pode ser via crédito barato, defendeu. “Se houver por parte do governo um empréstimo-ponte, mantendo contratos, é uma forma de não criar problemas a mais”, cogitou Duarte, que também citou a linha anunciada pelo BNDES para apoiar o capital de giro das pequenas e médias empresas, com juros de 3,75%.

Embora a cogeração de energia nas usinas a partir da queima do bagaço da cana represente uma parcela pequena das receitas do setor, o negócio oferece alta rentabilidade. Segundo Duarte, a venda de energia representa 10% do faturamento em uma safra, mas 30% a 40% da rentabilidade da usina.

Além disso, a redução do uso das caldeiras pode gerar dificuldades, embora não ameace a moagem de cana, nem a produção de açúcar e etanol. Segundo Duarte, operar as turbinas com uma potência menor pode acarretar em perda de eficiência. “A usina vai gastar mais bagaço para produzir menos energia para atender uma situação anormal. Em algumas máquinas, isso é sério. Às vezes gera atrito e [a turbina] não consegue trabalhar em faixa muito aquém”.

Segundo Duarte, a alternativa de vender energia no mercado livre não é viável, já que as usinas que não têm liminares para garantir os valores referentes ao GSF não recebem pelo valor liquidado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). “A usina poderia receber via PLD [Preço de Liquidação das Diferenças], ainda que nos preços baixos. Mas nem isso elas conseguem”, lamentou.

Ele acrescentou que a receita com energia vendida em leilão “está apoiando os investimentos e os projetos dos últimos anos”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/04/2020

Seção: Finanças

Autor: Marcelle Gutierrez e Marcelo Osakabe — De São Paulo

Título: Trégua no petróleo puxa ações da Petrobras

O otimismo em torno de um possível acordo que dê fim à guerra dos preços no petróleo impulsionou os preços no exterior. Por aqui, o movimento beneficiou as ações da Petrobras e, por consequência, o Ibovespa, que fechou no azul. No câmbio, houve um alívio momentâneo, mas preocupações relativas à economia nos Estados Unidos se sobrepuseram, levando a moeda americana a fechar em leve alta.

Após ajustes, o Ibovespa fechou com valorização de 1,81%, aos 72.252 pontos, mas chegou a subir 4,08% na máxima de 73.861 pontos. Já o dólar encerrou em alta marginal de 0,05%, aos R\$ 5,26, suficiente para renovar a máxima histórica de fechamento. O avanço só não foi maior porque, perto do fim do dia, o Banco Central entrou novamente no câmbio e vendeu mais US\$ 835 milhões no mercado à vista.

Na bolsa brasileira, a Petrobras roubou a cena. Juntas, as duas classes de ações - ON e PN - representam 8,29% do Ibovespa e fecharam em alta de 8,59% e 8,46%, respectivamente. Ao longo do pregão, contudo, os papéis chegaram a bater valorizações acima dos 15%.

A justificativa veio da alta do petróleo no exterior, após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, declarar no Twitter que a Arábia Saudita e a Rússia estão próximas de fechar um acordo para cortar a produção de petróleo em 10 milhões a 15 milhões de barris por dia. O Brent subiu 17,36% e o WTI avançou 25%.

Com os ganhos de ontem, Petrobras ON acumula uma alta de 19,95% somente nesta semana e a PN de 17,52%. Assim, a estatal petroleira recuperou uma pequena parte do montante perdido desde o início do ano, passando de um valor de mercado de R\$ 171,482 bilhões na sexta-feira (27) para R\$ 201,724 bilhões no fechamento do pregão de ontem. Ou seja, um ganho de R\$ 30,24 bilhões. Mas o cenário não é dos melhores para a Petrobras em 2020. No início de janeiro, o valor de mercado era de R\$ 416,095 bilhões, o dobro do visto atualmente.

Os papéis da Petrobras foram os mais negociados do dia ontem, com um montante de R\$ 4,628 bilhões. O giro total do Ibovespa somou R\$ 18,14 bilhões, abaixo da média diária de março de R\$ 24 bilhões.

No câmbio, houve um alívio momentâneo com o dólar perdendo força no mundo, principalmente ante países dependentes do petróleo. O rublo russo, por exemplo, subiu 1,77%. Mas notícias vindas dos Estados Unidos em relação ao coronavírus chamaram mais a atenção do investidor.

“Acredito que a preocupação com o coronavírus esteja se sobrepondo”, diz Luciano Rostagno, estrategista-chefe do banco Mizuho no Brasil. “O movimento do câmbio mudou depois dos dados de pedidos de auxílio-desemprego nos Estados Unidos. Além disso, tivemos notícia de uma nova cidade na China entrando em quarentena forçada por causa do receio da doença.”

De acordo com o governo americano, o número de pedidos iniciais de auxílio-desemprego atingiu 6,65 milhões na semana passada, mais que o dobro na comparação aos 3,3 milhões registrado na semana anterior.

“A soma dos pedidos de auxílio-desemprego nas últimas duas semanas chega perto de 10 milhões. Sozinho, este número deve elevar a taxa de desemprego para 9,5%”, diz o ING em relatório. “Ainda assim, esse número deve continuar a piorar nas próximas semanas.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/04/2020

Seção: Economia

Autor: Denise Luna Fernanda Nunes / RIO

Título: Barril sobe 24%, mas não muda plano da Petrobrás

Em função da demanda em queda, avaliação é de que é cedo para estatal recuar na decisão de reduzir a produção de petróleo

A alta do preço do petróleo no mercado internacional – após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sinalizar com um possível corte no volume da produção da commodity pela Arábia Saudita e Rússia – não foi suficiente para a Petrobrás recuar na decisão de reduzir a produção de petróleo e combustíveis, diante de um consumo em queda e de poucos sinais de recuperação da economia global.

Após Trump escrever nas redes sociais que aguardava uma retração de 10 milhões de barris por dia pela Rússia e Arábia Saudita, as ações das petroleiras saltaram. Os papéis da Petrobrás fecharam o dia com alta de 8,5%, na casa dos R\$ 15. A guerra de preços entre a Organização dos Países Exportadores de

Petróleo (Opep) e a Rússia se arrasta desde fevereiro, porque os russos se negaram a negociar cotas de produção com os sauditas.

Nos últimos dias, a commodity caiu ao patamar de US\$ 20. Mas ontem a queda deu uma trégua. O barril do petróleo WTI para maio, negociado nos Estados Unidos, fechou em alta de 24,67%, a US\$ 25,32, enquanto o Brent, produzido na Europa, para junho, avançou 21,02%, a US\$ 29,94. Para a coordenadora de pesquisa da FGV Energia, Fernanda Delgado, o preço é um fator que não muda muito o cenário para o Brasil e para a Petrobrás, já que o problema maior é a retração da demanda.

“Mesmo que tenha aumento de preço agora com um eventual corte de produção, não tem quem compre no curto e médio prazo”, avalia. Ela argumenta que o mercado permanece volátil e não há perspectiva de melhora do consumo. “Esse cenário deve manter as medidas anunciadas pela Petrobrás inalteradas”, explica.

Corte. A petroleira anunciou na última quarta-feira um corte de produção de 200 mil barris diários, o equivalente a 10% da sua extração. Além disso, informou que vai reduzir o ritmo das refinarias e reduzir salários e investimentos para preservar o caixa. O investimento projetado para este ano passou de US\$ 12 bilhões para US\$ 8,5 bilhões.

“A situação do Brasil continua desconfortável. Uma alternativa vai ser vender petróleo cru no mercado interno, para as refinarias. O papel do mercado interno vai ser muito relevante no curto prazo”, afirma o coordenador Técnico do Instituto Nacional de Estudos Estratégicos do Petróleo (Ineep), Rodrigo Leão. A avaliação é que o barril não foi valorizado a ponto de justificar a retomada de projetos de fora do pré-sal, região ainda competitiva. Em sua opinião, cada vez mais a estatal vai ter dificuldade de exportar, já que os mercados compradores estão fechados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/04/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, ANNE WARTH, CIRCE BONATELLI E CYNTHIA DECLOEDT

Título: » Conta vai chegar.

Coluna do Broadcast

A proibição nos cortes de fornecimento de energia já começa a ter consequências para as distribuidoras. O número de contas não pagas cresceu e

a estimativa é que a inadimplência deva atingir entre 30% e 35% em dois meses. No pior cenário, a falta de pagamentos chegaria a 50%.

» Resultado. Hoje, a inadimplência do setor é inferior a 10%. O índice cai para 3,5%, após notificações de corte. A suspensão de cortes, anunciada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na semana passada, foi uma das propostas de enfrentamento da crise. O órgão regulador cogitou impedir, também, a cobrança de multa e juros nas dívidas. Mas percebeu que a medida poderia incentivar a inadimplência.

» Rombo. Se confirmada, a inadimplência deve corroer o caixa das distribuidoras. A cada R\$ 100 pagos em uma conta de luz, apenas R\$ 20 ficam com as empresas. O restante é repassado a geradoras, transmissoras e aos governos.

» Ajuda. Com receio de que problemas das distribuidoras se espalhem por toda a cadeia, o governo corre contra o tempo para viabilizar uma solução financeira. Já se fala abertamente na reedição da Conta-ACR, utilizada em 2014 para ajudar o setor. Foram R\$ 21 bilhões em empréstimos com bancos, pago pelos consumidores por meio das tarifas de energia. O pagamento foi dividido em cinco anos, com a última parcela paga em setembro. Não faz nem sete meses, portanto, que o empréstimo foi quitado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/04/2020

Seção: Economia

Autor: JULLIANA MARTINS, CIRCE BONATELLI, ANDRÉ VIEIRA e FERNANDA NUNES

Título: Empresas alegam 'força maior' e pedem revisão de contratos

Empresas alegam 'força maior' e já pedem revisão de contratos na Justiça

Juíza diz que pandemia acarretou impacto na vida das pessoas e classificou a situação como um caso de 'força maior' para justificar que concessionária suspendesse pagamento de aluguéis: Raízen alega mesmo motivo, revê contrato e reduz volume de compra de etanol

A Raízen, empresa de combustíveis da Cosan e da Shell, declarou na última terça-feira força maior em relação aos contratos assinados com seus fornecedores, por conta da epidemia do novo coronavírus. Com isso, poderia rever os volumes de compra de etanol, originalmente programados porque, com a maioria da população em casa, a venda de combustível caiu em até 80% em algumas cidades do País.

Já o Grupo Autostar, rede de 16 concessionárias de carros importados, como BMW, Land Rover, Volvo, Jeep e Harley-Davidson, ganhou na Justiça o direito de suspensão do pagamento de aluguéis por quatro meses. Os valores só serão pagos nos 12 meses seguintes, sem mora. Em seu despacho, a juíza Flávia Poyares Miranda, do Tribunal de Justiça de São Paulo, afirmou que “a pandemia mundial acarretou a paralisação de diversas atividades, causando profundo impacto na vida das pessoas” e classificou a situação como um caso de “força maior”, o que, no seu parecer, justifica a intervenção do Judiciário.

Os episódios podem ser os primeiros a virar uma tendência. Com a alegação de “força maior” ou “evento fortuito” – por conta do coronavírus –, o meio jurídico teme que os contratos sejam suspensos em um efeito dominó, com distorções em toda economia. Entrariam aí pagamento de aluguel de imóveis, distratos de compra e venda de ativos, fornecimento de insumos e serviços, entrega de obras, entre outros.

Reação. O efeito em cadeia, evidentemente, gerou reação imediata dos envolvidos. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), por exemplo rebateu “veementemente” o rompimento de contratos pela Raízen. “Do ponto de vista jurídico, as notificações ignoram os pressupostos legais para a alegação de força maior e pretendem criar uma verdadeira licença para não pagar”, escreveu a Unica. “Sob o ponto de vista econômico, empresas altamente capitalizadas, com farto acesso ao crédito nacional e internacional, pretendem transferir a elos mais frágeis as responsabilidades que competem a elas e para as quais se prepararam nos últimos anos.”

A entidade disse ainda que, se as usinas não receberem o previsto, milhares de fornecedores e colaboradores também não receberiam. A briga foi parar na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), por meio da Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia (Novabio).

Os efeitos podem mudar toda a estrutura do setor e reforça, segundo o presidente da entidade, Renato Cunha, a necessidade de os produtores poderem comercializar diretamente com os postos de combustível, sem passar necessariamente pelas distribuidoras. “Nunca pedimos para excluir as distribuidoras do processo, mas gostaríamos de pensar na opção de venda direta como um mecanismo complementar alternativo”, disse.

O evento fortuito é aquele acontecimento promovido por ato humano, mas de forma imprevisível e inevitável. Já a força maior decorre de forças naturais, fora do alcance do homem, mas também imprevisíveis e inevitáveis. Advogados dizem que não há jurisprudência consolidada definindo em qual das categorias a covid-19 se enquadra, mas admitem que o impacto da crise é severo e abre margem para discussão sobre as obrigações contratuais.

Análise. “A rotulação sobre ‘evento fortuito’ ou ‘de força maior’ exige uma análise rigorosa e caso a caso. Mas o que existe, sim, é um efeito da pandemia sobre todos os contratos. É necessário um primeiro reconhecimento disso, na nossa visão”, diz o advogado Pablo Queiroz, sócio na área de negócios imobiliários de TozziniFreire.

Segundo ele, as renegociações de contratos serão inevitáveis, e essa demanda já está ocorrendo em segmentos que envolvem locadores e locatários de imóveis. “A sociedade terá de compartilhar os riscos e prejuízos. É uma situação inédita.”

Segundo a advogada Maria Helena Bragaglia, especialista em contenciosos e sócia do escritório Demarest, as decisões dependerão da análise de casos concretos e exigirá boa-fé das partes afetadas. A primeira recomendação de interlocutores do meio jurídico é respeitar o que está previsto nos contratos e, em caso de dificuldade, negociar. A potencial caracterização da crise de saúde pública como “evento fortuito” ou de “força maior” não é automática, nem generalizada.

Supermercados e farmácias, por exemplo, aumentaram as vendas, enquanto redes de moda e cinemas foram à lona. Ou seja, a crise afeta cada empresa de um modo diferente, assim como sua capacidade de cumprir obrigações. Diante das incertezas, os escritórios já têm recomendado às empresas a elaboração de dossiês e registros dos fatos a fim de se resguardar de eventuais discussões.

“É provável que a jurisprudência venha a definir a ocorrência (da pandemia) como situação imprevisível e excludente de responsabilidade, mas as cautelas jurídicas são necessárias para minimizar riscos”, recomenda o escritório Zavagna e Gralha em boletim aos seus clientes.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/04/2020

Seção: Economia

Autor: GABRIEL MARTINS

Título: Bolsa sobe 1,81%, e dólar avança 0,05%, a R\$ 5,265

EUA registram recorde de pedidos de seguro-desemprego: 6,6 milhões

A Bolsa brasileira acompanhou o movimento de recuperação em Wall Street e subiu 1,81%, aos 72.253 pontos. Investidores foram às compras, motivados pelo preço baixo dos papéis após o recuo da véspera e pela recuperação do preço do petróleo. O barril do tipo Brent teve um salto de 21%, a US\$ 29,94.

A recuperação da commodity refletiu uma declaração do presidente dos EUA, Donald Trump, na noite de quarta-feira. Ele disse ter conversado com líderes russos e sauditas recentemente e que “em poucos dias” os países chegarão a um acordo para pôr fim ao impasse em torno da produção de óleo. Os papéis preferenciais (PN, com voto) da Petrobras subiram 8,59%.

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou com ganho de 2,24%, enquanto o S&P 500 avançou 2,28%. A Nasdaq subiu 1,72%.

— A China está aproveitando a queda de 60% no preço para comprar mais óleo. E Trump disse esperar uma solução para a guerra de preços em breve — resumiu Matheus Soares, analista da Rico Investimentos.

O dólar comercial, porém, avançou 0,05%, renovando sua máxima histórica: R\$ 5,265. A moeda chegou a ser negociada a R\$ 5,282. O motivo foi o salto recorde de pedidos de seguro-desemprego nos EUA: 6,6 milhões em apenas uma semana. O dado aumentou a preocupação sobre o impacto da pandemia na economia americana. Em momentos de turbulência, investidores buscam refúgio na moeda americana.

— Os efeitos do coronavírus podem surpreender e são, de certo modo, uma incógnita — disse Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

MME / ASCOM .